



A educação integral no contexto do novo ensino médio

Integral education in the context of the new high school

10.56238/isevmjv3n1-018

Recebimento dos originais: 15/02/2024

Aceitação para publicação: 05/03/2024

Reginaldo Neves Martins

Lattes: 3601373669059646

Doutor em Ciências da Educação

Mestre em Ciências da Educação

Graduado em Filosofia e Educação Física

Vânia Ferreira Costa de Oliveira

Lattes: 5684524957784888

Especialização em Língua Portuguesa

Especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Língua Inglesa

Graduada em Licenciatura Plena em Letras

Mestranda em Ciências da Educação

Maria Aparecida Rosa da Silva Santos

Lattes: 9977577690558471

Doutoranda em Ciências da Educação

Mestre em Ciências da Educação

Graduada em Pedagogia

Especialização em Ensino Superior e Gestão Escolar

RESUMO

O conceito de educação integral tem ganhado destaque como uma abordagem fundamental para garantir uma formação educacional completa, indo além do foco tradicional nos aspectos acadêmicos. Países como Finlândia, Suécia e Canadá são exemplos de sucesso na implementação desse modelo, associado a altos níveis de satisfação dos alunos e desempenho acadêmico. No Brasil, apesar do histórico de discussões sobre a educação integral, sua efetivação enfrenta desafios diante de desigualdades socioeconômicas e influências políticas. A implementação bem-sucedida da educação integral requer investimentos financeiros, mudança de mentalidade e abordagem, acompanhamento constante e colaboração entre diferentes partes interessadas. Essa abordagem visa não apenas o aspecto acadêmico, mas também o desenvolvimento socioemocional, físico e cultural dos alunos, preparando-os para os desafios do século XXI.

Palavras-chave: Educação integral, Implementação, Desafios.

1 INTRODUÇÃO

A busca por uma educação que promova o desenvolvimento integral dos alunos tem ganhado destaque globalmente, especialmente no Brasil, onde se reconhece a importância de uma abordagem educacional que vá além do aspecto puramente acadêmico. Nesse contexto, surge o



conceito de educação integral, que se propõe a considerar os diversos aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos dos estudantes, visando proporcionar uma formação completa e holística. Este artigo tem como objetivo explorar a implementação da educação integral, particularmente no âmbito do novo ensino médio, destacando seus desafios e oportunidades. A partir de uma análise comparativa com experiências internacionais, especialmente em países desenvolvidos como a Finlândia, Suécia e Canadá, busca-se compreender como a educação integral pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

2 EDUCAÇÃO INTEGRAL: CONCEITO E RELEVÂNCIA

Países como Finlândia, Suécia e Canadá têm sido reconhecidos por seus sistemas educacionais de alta qualidade, que incorporam princípios de educação integral. Por exemplo, na Finlândia, o currículo é projetado para promover o bem-estar dos alunos, incentivando a participação em atividades extracurriculares e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Essa abordagem tem sido associada a altos níveis de satisfação dos alunos e desempenho acadêmico.

De forma semelhante, a Suécia adota uma abordagem holística para a educação, enfatizando a importância do desenvolvimento pessoal e social, além do aprendizado acadêmico. Os alunos têm acesso a uma variedade de recursos e oportunidades de aprendizado que visam expandir seus horizontes e promover uma compreensão abrangente do mundo ao seu redor.

No Canadá, programas de educação integral são comuns em muitas escolas, com ênfase na colaboração entre educadores, famílias e comunidades para apoiar o crescimento e o desenvolvimento dos alunos. Essa parceria entre diferentes partes interessadas é fundamental para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades diversas dos alunos.

Segundo Anselmo Guimarães (2022), no Brasil, durante a primeira metade do século XX, especialmente na década de vinte, foi observado o surgimento dos primeiros indícios da ideia de educação integral. Durante esse período, diversos movimentos, correntes políticas e tendências coexistiram, todos eles envolvidos em discussões sobre a educação e com defesas da educação integral. Cada um deles contribuindo significativamente para o pensamento educacional brasileiro, com um foco especial na ideia de educação integral.

Na concepção de Ferreira (2022), entender a educação integral na educação básica brasileira do século XXI requer uma análise das várias percepções que resultam em diferentes projetos educacionais, especialmente durante as reformas do ensino médio. Essa compreensão integradora se baseia em uma visão crítica que visa transformar a sociedade capitalista em direção



ao socialismo. Este ensaio adota uma abordagem comprometida e radical, defendendo a educação como meio de autoformação da classe trabalhadora e de construção de uma nova visão de mundo. Assim, não há neutralidade nesta análise, que avalia os diversos discursos e projetos de educação integral sob diferentes perspectivas de classe na sociedade capitalista contemporânea.

Frente a uma sociedade desigual apoiada nos princípios da nobreza, os movimentos dos liberais inspirados pelos ideais do iluminismo idealiza uma sociedade mais igualitária e justa, promovendo um ideário de educação mais universal que atendesse a integralidade da pessoa humana, não apenas com viés trabalhistas mais de formação integral, para tanto, a formação de tempo integral, para uma educação integral nos moldes dos países desenvolvidos que obtiveram sucesso com a educação mais holística. Para Ferreira (2022), é fundamental que suas ações, tanto no âmbito profissional quanto na vida em geral, sejam guiadas por uma reflexão cuidadosa sobre suas consequências. Para alcançar isso, é necessário adquirir conhecimento especializado sobre as partes e processos envolvidos, porém, sem perder de vista a importância de uma abordagem holística e integrada. Apesar deste ideário ter feito parte da discussão nacional relacionada à educação brasileira, o que se viu foi um processo pautado na automatização da educação, a segmentação dos conteúdos, a artificialidade das especializações exageradas e a divisão entre trabalho manual e intelectual, apesar de terem objetivos claramente diferentes, especialmente após 1869, data da publicação da "Instrução Integral".

3 O BRASIL E OS SISTEMAS EDUCACIONAIS DE PAÍSES DESENVOLVIDOS

Segundo Basto (2017), antes da divulgação dos resultados da primeira edição dos testes do PISA, realizada em dezembro de 2001, havia um consenso generalizado de que países considerados referências mundiais em educação, como Estados Unidos, Alemanha e França, tinham sistemas educacionais que ofereciam aos alunos um alto padrão de desempenho acadêmico e uma aprendizagem sólida. Indicadores nacionais, como o nível educacional, a proporção de investimento em relação ao produto nacional e o sucesso dos estudantes em competições acadêmicas nacionais e internacionais, corroboravam essa percepção. A qualidade do sistema educacional da Finlândia é impulsionada pela consistente uniformidade de desempenho tanto dentro das escolas quanto entre elas. De acordo com a OCDE, nenhum outro país apresenta uma discrepância tão pequena nos resultados educacionais entre as escolas, e a disparidade no desempenho dos alunos dentro dessas instituições é extremamente mínima. Isso significa que as escolas finlandesas conseguem atender adequadamente a todos os alunos, independentemente de sua origem familiar ou situação socioeconômica (OCDE, 2010).



O sucesso da educação finlandesa está no fato de que todos os alunos estudam as mesmas disciplinas do currículo comum nas mesmas turmas, independentemente de suas capacidades ou interesses. Isso representava uma mudança em relação ao sistema anterior, no qual os alunos eram divididos em três níveis de currículo com base no desempenho anterior nessas disciplinas, e, em muitos casos, também influenciados pela posição social de seus pais. O currículo atualmente na Finlândia é abrangente, englobando uma variedade de disciplinas como matemática, ciências, idiomas estrangeiros, artes e educação física. Os professores são altamente capacitados e respeitados, enquanto os estudantes desfrutam de menos horas de aula do que em outras nações, ainda assim obtendo resultados acadêmicos de destaque. O sistema educacional destaca-se pela ênfase no aprendizado e na promoção do desenvolvimento de habilidades práticas e pensamento crítico, além de priorizar o bem-estar dos estudantes por meio de programas de saúde e bem-estar. A avaliação se baseia principalmente em projetos e pesquisas internas, criando um ambiente menos estressante para os alunos.

Enquanto que no Brasil foi imaginado uma educação pública de qualidade ainda na década de 1930 como Manifesto do Pioneiros; uma ampla discussão foi travada em âmbito nacional, porém, o que prevaleceu foi uma educação tecnicista e segmentada. Segundo Silva (2018), atualmente, no Brasil, observamos uma reestruturação do papel do Estado e um aumento da influência de organizações da sociedade civil ligadas ao setor empresarial, tanto nacional quanto internacionalmente. Essas organizações competem pela definição das políticas sociais, incluindo a educação. Destacam-se instituições como o Banco Mundial, que advogam por uma abordagem educacional alinhada aos interesses da classe dominante, desempenhando um papel de "educador coletivo" em termos políticos. Enquanto que a concepção de educação com vista ao desenvolvimento humano na perspectiva da educação integral é impulsionada principalmente por iniciativas educacionais voltadas para a paz, os direitos humanos e os valores, fundamentadas em princípios éticos e humanistas. Ao contrário do desejado pelas organizações mundiais e o próprio sistema de ensino brasileiro, vai além do ensino formal, da mercantilização intencional, começando desde o nascimento e se expandindo ao longo das experiências cotidianas, refletindo as realizações e obstáculos do conhecimento humano.

4 DIFERENCIAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E EDUCAÇÃO INTEGRAL

É importante distinguir entre os conceitos de educação em tempo integral e educação integral. Enquanto a educação em tempo integral se refere a uma extensão do tempo dedicado à



educação formal, a educação integral vai além, incorporando atividades extracurriculares, apoio socioemocional e oportunidades de aprendizagem experiencial.

De acordo com Sousa (2015), Anísio Teixeira, um dos grandes idealizadores do Manifesto dos Pioneiros, defendia que a escola ideal seria de tempo integral, tanto para alunos quanto para professores, nessas escolas, a concepção curricular buscava promover uma formação completa do ser humano, porém sem desafiar a ordem política estabelecida, comprometendo-se com a manutenção da ordem em prol do progresso ideal liberal. Anísio Teixeira advogava que uma escola eficaz deveria oferecer uma formação abrangente e funcionar em período integral, proporcionando acesso a uma variedade de atividades educativas, bem como serviços de alimentação e cuidados médico-odontológicos para crianças de todas as classes sociais. Apesar da relevância educacional dessa proposta inovadora e do apoio popular à qualidade da escola pública, ela não recebeu investimentos consistentes e sustentados, devido a interrupções administrativas e à incompreensão da visão original de Teixeira.

Por muitos anos a educação integral percorreu a duas principais vertentes: a primeira que compreendia a educação básica como processo de formação humana em sua integralidade, e a outra, aquela que defendia que a educação integral pensada para todas as dimensões da formação humana e as perspectivas dos interesses das individualidades de cada sujeito. Segundo Sousa (2016), a implementação da educação em tempo integral ganhou destaque no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, influenciada pelo aumento dos movimentos sociais em busca de melhorias na qualidade da educação. Além disso, a promulgação da Constituição Federal de 1988 contribuiu para o impulso de políticas e programas educacionais voltados para garantir a frequência das crianças na escola e ampliar sua permanência.

O Programa Mais Educação (PME) instituído em abril de 2007 integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Conforme mencionado por Moll (2012), a ampliação da jornada escolar proposta pelo PME é imprescindível para garantir aos alunos uma formação abrangente que abarque os campos das ciências, das artes, da cultura e do mundo do trabalho. Isso visa promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, político e moral, além de contribuir para mitigar as desigualdades sociais que são perpetuadas, e até mesmo reforçadas, pelo ambiente escolar. Porém, implementar mais tempo à educação sem regulamentar o currículo como parte primordial da manutenção de desenvolvimento da formação humana em sua integralidade, corresponde a mais uma forma de segregar a escola pública com mão-de-obra não qualificada; profissionais desestimulados; escolas sem infraestrutura adequada; investimento mau direcionado e uma aprendizagem desqualificada conforme tem demonstrado os índices das avaliações



institucionais brasileira e internacional.

5 IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO NOVO ENSINO MÉDIO

Segundo Da Silva; Boutin (2018), na atualidade, especialmente no Brasil, o conceito de educação integral, essencialmente na perspectiva do Novo Ensino Médio está ligado à ampliação do tempo dedicado à escola, tanto em termos de dias letivos quanto, principalmente, no que se refere ao aumento da carga horária diária dos estudantes. Conforme explicita a Portaria 1.145 de 10 de outubro de 2016 que introduziu o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Tempo Integral, criado por meio da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016.

§ 1º A proposta pedagógica das escolas de ensino médio em tempo integral terá por base a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais, observados os seguintes pilares: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser (BRASIL, 2016).

Essa análise mostra que as escolas de ensino médio em tempo integral têm como base uma proposta pedagógica centrada na ampliação da jornada escolar e na busca por uma formação integral e integrada dos estudantes. Essa formação visa abordar tanto os aspectos cognitivos quanto os socioemocionais dos alunos. A referência aos pilares "aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser" indica uma abordagem holística e multidimensional da educação, que busca desenvolver não apenas o conhecimento acadêmico, mas também habilidades práticas, competências sociais e autoconhecimento nos estudantes. Isso sugere uma visão abrangente da educação, que busca preparar os alunos de forma mais completa para os desafios da vida pessoal, acadêmica e profissional.

Com o processo da "reforma", por muitos considerada a contrarreforma do Ensino Médio, instituída de forma antidemocrática, representando os interesses dos representantes dos setores econômicos brasileiro, em sua maioria, diante da ruptura democrática instaurando-se um regime político sem instabilidade, a implementação dessa "reforma" não podia ser mais que duvidosa. No contexto do novo ensino médio, a educação integral assume um papel fundamental na promoção de uma formação mais diversificada e flexível. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a possibilidade de itinerários formativos, os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes áreas do conhecimento e desenvolver habilidades específicas, alinhadas com seus interesses e aptidões (BRASIL, 2017). A história tem demonstrado que a educação no Brasil nunca foi genuinamente pensada para o desenvolvimento da equidade, mas resta a vontade de continuar na busca de políticas públicas mais comprometidas com a mudança e o avanço do desenvolvimento humano e social.



Com a instituição do Programa Escola em Tempo Integral como política pública lançada pelo atual presidente e o Ministério da educação em 2023, através da Lei nº14.640, de 31 de julho de 2023, ressurgiu o debate e o interesse de transformar a educação brasileira em um espaço de socialização, construção e desenvolvimento da pessoa humana em sua integralidade, dando espaço novamente a repensar em cada ente federativo as estratégias de implementação da escola de tempo integral para atender as peculiaridades de cada localidade. A nova lei estabelece o Programa Escola em Tempo Integral com o objetivo de aumentar as matrículas na educação básica em tempo integral. Este programa oferece suporte técnico e financeiro para promover essas matrículas em todas as redes de ensino, com transferências de recursos da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios, seguindo critérios específicos. As escolas que seguem as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular atendem alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica serão priorizadas. Além disso, a assistência técnica oferecida incluirá melhorias na eficiência das redes, revisão dos currículos, diversificação de materiais didáticos e estabelecimento de indicadores de avaliação. A lei também atualiza os valores de apoio a projetos de pesquisa educacional e permite que recursos transferidos para escolas participantes da Política de Fomento sejam utilizados em despesas de manutenção e desenvolvimento.

6 CONCLUSÃO

Em suma, o conceito de educação integral tem se destacado como uma abordagem crucial para garantir uma formação educacional completa e holística, indo além das tradicionais ênfases acadêmicas. Países como Finlândia, Suécia e Canadá são exemplos de sucesso na implementação desse modelo, com resultados positivos em termos de satisfação dos alunos e desempenho acadêmico. No entanto, no contexto brasileiro, apesar de um histórico de discussões e propostas voltadas para a educação integral, o país ainda enfrenta desafios significativos na efetivação desse modelo, especialmente diante de desigualdades socioeconômicas e influências políticas.

Diante desse panorama, é fundamental que o Brasil avance na implementação efetiva da educação integral, especialmente no contexto do novo ensino médio. Isso requer não apenas investimentos financeiros, mas também uma mudança de mentalidade e abordagem por parte dos governantes, gestores educacionais e demais partes interessadas. É necessário priorizar políticas e programas que promovam uma educação verdadeiramente integrada, considerando não apenas o aspecto acadêmico, mas também o desenvolvimento socioemocional, físico e cultural dos alunos. Além disso, é crucial que haja um acompanhamento e avaliação constantes dos programas implementados, de modo a garantir sua eficácia e identificar áreas de melhoria. A colaboração entre



diferentes esferas governamentais, instituições de ensino, famílias e comunidades também é essencial para o sucesso da educação integral. Em síntese, a implementação da educação integral no Brasil requer um compromisso conjunto e contínuo de todas as partes interessadas, visando garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes, preparando-os para os desafios e oportunidades do século XXI.



REFERÊNCIAS

ANCELMO GUIMARÃES, Adonile. Breve histórico da Educação Integral no Brasil numa perspectiva crítica. *Revista de Educação Popular*, 2022, 21.1. Disponível em: file:///D:/Dados%20do%20Usuario/Downloads/art_10.pdf. Acesso em: 18 de fev.2024.

BASTOS, Remo Moreira Brito. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. *Revista brasileira de Educação*, 2017, 22: 802-825. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/R9MH5YDZt7Rh684MDxGBFBv/>. Acesso em: 18 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out 2016. Seção 1, p. 23-25.

Medida Provisória MPV 746/2016. Brasília, 22 set. 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em 20 de fev. 2024.

Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023 que institui o Programa Escola em Tempo Integral como política pública. Brasil - Governo federal, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114640.htm. Acesso em 20 de fev. 2024.

DA SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. *Educação*, 2018, 43.3: 521-534. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/30458/pdf>. Acesso em: 18 de fev.2024.

FERREIRA, Debora Spotorno Moreira Machado. EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA CONCEPÇÃO EM DISPUTA. *Revista Trabalho Necessário*, 2022, 20.43: 01-30. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/55215/33246>. Acesso em: 18 de fev. 2024.

MOLL, Jaqueline. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Penso Editora, 2009.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Education at a glance 2010 OECD indicators*. Paris: OECD, 2010.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. A concepção empresarial da educação integrare (m) tempo integral. *Educação & Realidade*, 2018, 43: 1613-1632. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/NSGWD9T5BbVsrN9tc8djcn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 de fev. 2024.

SOUSA, Luisete do Espírito Santo. A educação integral/de tempo integral: natureza, caracterização e produção escrita das concepções político-ideológicas do Programa Mais Educação. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*. 2015.

SOUSA, Luísete do Espírito Santo, et al. Políticas de ampliação da jornada escolar: a implantação do Programa Mais Educação em Igarapé-Miri/PA. 2016.